

CAPITÃO CUSTÓDIO DA SILVA MOREIRA - UM ESTUDO SOBRE PATRIMÔNIO E PODER NO BRUMADO DO SÉCULO XIX

Jeferson Custodio Santos Vieira¹

Sofia Martins Moreira Lopes²

RESUMO

O presente artigo destina-se a analisar os dados existentes sobre a vida do capitão Custódio da Silva Moreira e traçar um paralelo entre a vida de um cidadão do período oitocentista, permitindo conhecer melhor como era a vida dos cidadãos que residiam no interior do império português e no nascente império brasileiro, vislumbrar esse pequeno recorte da história e perceber nitidamente o nascer da identidade de um povo e a construção histórica de uma nação. O antigo arraial do Brumado, o qual possui uma sociedade bem diversificada, era um pequeno recorte da sociedade daquele período.

Palavra-chave: Antigo Arraial do Brumado, Capitão, Política, economia imperial

ABSTRACT

This article aims to analyze the existing data on the life of Captain Custódio da Silva Moreira and draw a parallel between the life of a citizen of the nineteenth century, allowing us to better understand what life was like for citizens who lived in the interior of the Portuguese empire and in the nascent Brazilian empire, to glimpse this small slice of history and to clearly perceive the birth of the identity of a people and the historical construction of a nation. The old village of Brumado, which has a very diverse society, was a small slice of society at that time.

Keywords: Old Village of Brumado, Captain, Politics, imperial economy

¹ Pós-graduado em Conexões culturais e direito cidadão. Bacharel em Direito pela Faculdade Asa de Brumadinho. Graduando em História pela UNIFAHE.E=

² Doutora em Estudos Linguísticos pelo Poslin/Fale/UFMG. Mestre em Estudos Linguísticos pelo Poslin/Fale/UFMG Professora da Faculdade Asa de Brumadinho.

I INTRODUÇÃO

Resgatar a história de Brumadinho não é uma tarefa simples ou fácil. É algo que demanda tempo habilidade e muito trabalho, como bem disse George Orwell “ A história é contada pelos vencedores” sendo assim é possível observar que a história oficial do município é uma construção feita através das famílias que aqui chegaram durante a construção do ramal do Paraopeba (1917), ocupando terras que outrora haviam sido de famílias as quais chegaram nesses lugares em tempos imemoráveis, época em que este país ainda era uma colônia.

No livro “Mídias locais história e desenvolvimento de Brumadinho 1910-2013”, Valdir de Castro diz que “ grande parte das outras terras onde hoje se localizam as cidades de Brumadinho e de Brumado do Paraopeba (atual Conceição de Itaguaí) pertenciam à família Moreira” (p. 79). Esta família moreira da qual o autor deste artigo descende trata da família do Capitão Custódio da Silva Moreira mais a frente é possível ler Antônio da Silva Moreira, conhecido como “Capitão Nico”, era dono de extensas terras do lugar hoje conhecido como “Olhos D’Água” e Souza Noschesi, enquanto outro irmão, Augusto da Silva Moreira, possuía também extensas terras ao redor do Brumado do Paraopeba (Jardim, D.; Jardim, M., 1982, p.48).

Já Manoel da Silva Moreira, o Neca do Lavrado, era dono de parte das terras no entorno do nascente povoado de Brumadinho, o que o levou a doar muitos terrenos para edificar a cidade. O fazendeiro João Fernandes do Carmo (1893+1957), popularmente conhecido como Jota, casado com D. Tudinha Moreira, tornou-se também proprietário de muitas das terras em Brumadinho, principalmente onde hoje se localiza a região central da cidade,

Antônio da Silva Moreira o Capitão Nico e Augusto da Silva Moreira eram filhos de Custódio da Silva Moreira. Tudinha e Manoel da Silva Moreira, o Neca do Lavrado, eram netos de Custódio, filhos de Joaquim Custódio da Silva Moreira. Essa notável família representou e desempenhou o poder político do antigo arraial do Brumado e da nova cidade de Brumadinho. Nesse cenário surgiram dois grupos políticos faccionados: os João de Barro (partido do governo) e os Periquitos (partido de oposição). Segundo diz a oralidade popular os João de Barro eram os partidários, a João Fernandes do Carmo e os Periquitos eram o grupo liderado pelas famílias Moreira, Antunes, Friche, Pyramo e Solha.

É pertinente destacar que o Capitão foi um cidadão cuja história ou os interesses de alguns grupos políticos tentaram apagar, mas sua memória resistiu e resiste, de forma persistente. Há que se dizer que os homens fazem história, mas raramente se dão conta do que estão fazendo. Peculiar

é o fato de que existe uma rua ainda em Conceição de Itaguaú que leva seu nome. Tal rua corta sua antiga fazenda, perpetuando sua presença no tecido histórico da região.

Brumadinho não se mostra como um lugar “vazio”, “sem história” ou com uma história recente. Pelo contrário, apresenta-se como um espaço cheio de histórias interligadas, onde cada grupo familiar, cada indivíduo contribui para a construção rica e complexa da sua constituição. O estudo e a preservação dessa história são essenciais para que possamos compreender nossa própria formação enquanto sociedade e povo.

2 VIDA FAMILIAR E ORIGEM

Nascido na fazenda da Mutuca em Santana (hoje Santana do Paraopeba), no ano de 1817, Custodio da Silva Moreira era filho de D. Antônia de Sousa Moreira (1801-1859) e do Sargento Miguel da Silva Santos (1788-1839). Pela parte materna era neto do Capitão Mor Antônio de Sousa Moreira, o qual se declarava no ano de 1837 como cidadão brasileiro adotivo, natural de Portugal, da freguesia da Cova de Aviz, Termo de Penafiel, Bispado do Porto, e de D. Catharina Maria do Sacramento, a qual era filha do Cirurgião Mor João Moreira Cardoso, natural de São Cristóvão de Nogueira Bispado de Lamego. O pai da avó era homem letrado, um licenciado. Normalmente esses profissionais estudavam em Coimbra. A mãe, D. Maria do Sacramento da Conceição, era filha de pai Português e mãe Pernambucana.

Pela parte paterna era neto de Antônio da Silva Rosa, nascido em Santana, filho do português Miguel da Silva, natural da localidade de Muro em Vilela, Paredes, bispado do Porto, que veio ao Brasil para freguesia de Nossa Senhora da Conceição dos Camargos. Casou em Santana com Rosa Maria, natural de Portugal, filha de André Ferreira Manso e de Maria Vieira. Ambos faleceram no lugar chamado “Os Guimarães” em Santana do Paraopeba. Antônio era marido de D. Ana Maria dos Anjos, irmã da avó materna de Custodio.

Como é possível observar no caso dos pais do Capitão, nos casamentos da época era comum as uniões entre membros de uma mesma família. Os seus tios e tias e irmãos casaram-se entre as famílias mais ricas de Santana, Brumado, Bonfim e Rio Manso. Mary Del Priore, em seu livro “História da gente brasileira, vol.1” diz sobre o casamento:

Mas em vez de “tempo de amar”, melhor seria dizer tempo de se unir a alguém. E de se juntar, para sobreviver. Tempo de formar família através de uma união estável. Pois essa

foi a tônica dos casais durante séculos. Entre nós, durante mais de quinhentos anos, os casamentos não se faziam de acordo com a atração sexual recíproca ou a paixão. Eles mais se realizavam por interesses econômicos ou familiares. Entre os mais pobres, o matrimônio ou a ligação consensual era uma forma de organizar o trabalho cotidiano. (Del Priore, 2016, v. 1, p. 241)

Os seus pais eram primos, o avô materno possuía vasto patrimônio, incluindo a quantia de 74 escravizados, conforme consta nas listas nominativas. Já no ano de 1837 o Capitão Antônio de Sousa Moreira deixou um patrimônio de 89:727\$605 em valores da época. Faleceu residindo em Bonfim. Além de militar, era negociante e agricultor. Os pais do capitão possuíam, no mesmo ano, 6 escravos, conforme é possível observar na lista nominativa de Santana do Paraopeba.

Miguel faleceu muito cedo aos 51 anos de idade, deixando a esposa com 10 filhos, sendo 6 filhas mulheres e 4 filhos homens, os filhos tinham entre 21 anos e 1 ano de idade, apesar do cargo de Sargento ele tinha seus rendimentos basicamente oriundos da agricultura, deixou um patrimônio considerável para sua esposa de 21:332\$878, através de seu inventário e possível constatar que ele vivia na fazenda da Mutuca onde morreu provavelmente de uma parada cardíaca, no ano de 1839 ele já possuía 12 escravizados conforme pode ser aferido em seu inventário.

Já sua esposa D. Antônia veio a falecer 20 anos depois, residindo na mesma fazenda da Mutuca, ela já estava na casa dos 58 anos de idade, havia a esta altura perdido o filho Jose que deixou 3 filhos. Entre os seus bens existem alguns que chamam atenção “Ouro 1 caixilho de ouro, que pesa 32 oitavas, avaliado a 4\$000, que importa na quantia de 128\$000,1 par de brincos, avaliado na quantia de 6\$000,3 menores com pedras, avaliadas a 3\$000 cada uma, e todas na quantia de 9\$000.” ‘Prata 147 oitavas de prata, a \$200, 29\$800,1 chicote aparelhado, avaliado em 1\$000”.³D’Antônia, apesar de ser uma mulher que estava distante dos centros urbanos do Império, tinha pequenas posses que demonstravam o seu poder e status social.

Outro fator que chama atenção são os pertences domésticos a cozinha e a mesa desta senhora eram bem aparelhadas comparada a outros moradores da região no mesmo período,

1 balança grande, avaliada em 8\$000,40 garrafas vazias, avaliadas em 4\$000,1 doceira com tampa de vidro, avaliada em 2\$000,2 copos de vidro, e prato, avaliados em 2\$000,1 bule branco, avaliado em a quantia de 1\$000,2 garrações pequenos, ambos avaliados em 1\$800,4 pratos brancos de beira azul, avaliados em 2\$800,4 de beira verde, avaliados em

³ Trecho do Inventário de Dona Antônia de Sousa Moreira. Arquivo público da cidade de Bonfim-MG, 1859.

\$800,1 caneca amarela, avaliada em \$500,1 bule pintado, avaliado em 1\$000,1 tigela dourada, avaliada em \$200,2 terrinas brancas, avaliadas em 2\$000,9 pares de xícaras, avaliados em 1\$800,1 tigela branca quebrada, avaliada na quantia de \$100,2 travessas brancas, avaliadas em 2\$000,1 dita pequena, avaliada em \$800,2 ditas beira azul, avaliadas em 1\$600,1 dúzia de colheres, avaliada em 1\$920,4 pares mais velhas, avaliadas em \$320,4 colheres de chá, *avaliadas em \$200,1* balança pequena, avaliada em 2\$000,1 porção de vidros miúdos, avaliada em 2\$000.⁴

Enquanto em outras residências da região a mesa e as cozinhas eram precárias, na casa da mãe de Custodio havia requinte e peças que até então eram escassas como xícaras, terrinas, garfos e talheres, copos de vidro. Grande parte dos brasileiros, nessa época, ainda comiam com as mãos em gamelas.

Outro fato peculiar é que todos os filhos de D'Antônia foram alfabetizados, o que era algo raríssimo. Seu inventário legou um patrimônio de 15:780\$300 para ser dividido entre os seus filhos e filhas de forma igual. Tal patrimônio era muito significativo, se pensarmos que uma mulher que vivia na viuvez há 20 anos administrando seus bens, tendo a maior parte de seus filhos morando distante. A título de exemplo, seu filho mais velho, Custodio, residia 48 km de distância da mãe, nos dias atuais tal percurso a pé levaria entorno de 10 horas para ser concluído.

3 RELAÇÃO DE MÃE E FILHO

Custodio era o filho mais velho, provavelmente tinha uma relação próxima a sua mãe, foi o primeiro filho do matrimônio de seus pais. Quando nasceu, sua mãe tinha apenas 17 anos, logo a diferença de idade do filho para mãe era muito pequena. É provável que Custodio tenha saído da casa de sua mãe por volta do ano de 1845 ou 1846, quando se casou. Ainda no ano de 1841 foi padrinho de uma criança junto a sua mãe na capela de Sant'ana do Paraopeba. A estimativa é que tenha residido com a mãe por 28 anos, o inventário de D. Antônia durou 05 anos, gerando alguns conflitos entre os herdeiros e a justiça

Diz José Nogueira Penido, tutor de seus netos, filhos do finado José da Silva Moreira, que há 3 meses mais ou menos se fez inventário dos bens deixados por Dona Antônia de Sousa Moreira, avó de seus tutelados, sem que até *hoje tenham tratado da partilha, sendo esta demora prejudicial a seus netos, e mais herdeiros que se acham fora do desfrute dos serviços dos mesmos escravos; e pois vem o suplicante em nome de seus tutelados*

⁴Trecho do Inventário de Dona Antônia de Sousa Moreira. Arquivo público da cidade de Bonfim-MG, 1859.

representar, e requerer a fatura da partilha com a possível brevidade, e que nesse ato se dê aos ditos netos do suplicante o escravo de nome Agostinho, por ser isto não só de justiça, como porquê *é pedido pelo dito escravo, Pede à Vossa Senhoria se digne deferir na forma requerida, juntando-se esta aos autos de inventário para constar.*⁵

Ao lado:

Partilhas só não devem demorar a demora do tempo referido é um escândalo imperdoável, ao Escrivão que não promove o andamento dos autos debaixo da responsabilidade a (promoção), passe (in continenti) mandado para serem notificados os interessados para (verem) proceder-se as partilhas (juntado nesta) ao inventário venham conclusos sem suspensão da citação determinada. Bonfim, 15 de dezembro de 1859.⁶

Custodio auxiliava sua mãe na administração dos bens, tal fato é confirmado pelo seguinte trecho, inclusive dito pela própria finada D. Antônia.

Devo que pagarei a meu filho Custodio da Silva Moreira a quantia de 730\$900 que me emprestou ao fazer deste os (recebi), cuja quantia de 730\$900 pagarei a ele dito, ou a sua ordem da data destes a 1 ano, sem a isso por dúvida alguma, e para cuja satisfação obriga todos os meus bens presentes, e futuros, até seu real embolso, e por verdade do referido pedi a Fortunato Francisco Passo que este por mim fizesse, e a meu rogo assinasse por eu não saber ler, nem escrever em presença das testemunhas abaixo assinado. Fazenda da Mutuca, 11 de fevereiro de 1852. Assino a rogo da (Senhora) Dona Antônia de Sousa Moreira, Fortunato Francisco Passos, Como testemunha Antônio Moreira da Silva, José da Silva Moreira, João Alves de Amorim, João Alves de Brito, Antônio Fernandes Gomes, Como testemunha que este fiz e vi assinar Fortunato Francisco Passos.

Custodio apresentou as dívidas de sua mãe para com ele:

Aos 21 dias do mês de Fevereiro do ano de 1860, Trigésimo Nono da Independência e do Império, nesta Vila do Bonfim, Comarca do Ouro Preto, em o meu Cartório, e sendo aí junto a estes autos uma petição do coerdeiro Custodio da Silva Moreira, com um crédito que lhe havia passado sua mãe, Dona Antônia de Sousa Moreira, a fim de ser pago pelos os bens inventariados, cuja petição e crédito achei hoje entre outros papéis que haviam sido guardados pelo o ex Escrivão de Órfãos, Jacinto Brandao de Sousa

⁵ Trecho do Inventário de Dona Antônia de Sousa Moreira. Arquivo público da cidade de Bonfim-MG, 1859.

⁶ Trecho do Inventário de Dona Antônia de Sousa Moreira. Arquivo público da cidade de Bonfim-MG, 1859.

Barros, e tudo é o que adiante se segue; de que para constar lavro o presente termo. Eu, Francisco José da Silva Campos, Escrivão de Órfãos, que o escrevi.⁷

Também sinalizou os pagamentos que a mãe fez:

Recebi para a conta deste crédito por mão de minha mãe a quantia de 141\$000 para conta deste crédito, e por ter a recebido a dita quantia passo o presente recibo. Mutuca, 02 de agosto de 1855. Custodio da Silva Moreira

[...]

Recebi por mão de minha mãe a quantia de 43\$500 para a conta deste crédito, e por ter o recebido a dita quantia passo o presente. Mutuca, 03 de agosto de 1855. Custodio da Silva Moreira

[...] ⁸

Ilustríssimo Senhor Doutor Juiz de Órfãos

Diz Custodio da Silva Moreira, que pelo crédito junto mostra, que sua mãe, Dona Antônia de Sousa Moreira, se havia constituído devedora ao suplicante da quantia de 730\$900; e que tendo dado por conta 184\$500, como se evidencia pelos recibos exarados no mesmo crédito, ficara aquela quantia reduzida a de 546\$400. Depois disto foi o suplicante incumbido da dita sua mãe de tratar de algumas cobranças, vencendo a porcentagem de 10%; e, pois, recebeu do Major Antônio de Sousa Moreira a quantia de 270\$588; do finado Padre José de Amorim Souto 125\$000; de Antônio José da Fonseca 25\$000 e de Francisco Pedrosa 30\$000; que tudo perfaz a quantia de 450\$588. Abatida nesta quantia a porcentagem de 10%, que venceu o suplicante de seu trabalho, fica liquida a favor da dita sua mãe a quantia de 405\$530. Decapitada esta quantia liquida na do crédito igualmente líquido subsiste o saldo de 140\$870 a favor do suplicante. É como se esteja procedendo inventário no espólio da sobredita mãe do suplicante requer o mesmo suplicante à Vossa Senhoria se digne mandar que respondam os interessados, inclusive o Reverendo Curador Geral e Tutor dos *órfãos*, filhos do finado José, irmão do suplicante; e não havendo dúvida se atenda na partilha, separando-se bens para pagamento da referida quantia de 140\$870; quando não prefram os mesmos herdeiros pagá-lo a dinheiro pede à *Vossa Senhoria assim o mandar*.

⁷ Trecho do Inventário de Dona Antônia de Sousa Moreira. Arquivo público da cidade de Bonfim-MG, 1859.

⁸ Trecho do Inventário de Dona Antônia de Sousa Moreira. Arquivo público da cidade de Bonfim-MG, 1859.

Espera Receber Justiça. Custodio da Silva Moreira⁹

Os seus irmãos concordaram, conforme pode ser visto nos trechos abaixo

Respondam os interessados, convido o Curador Geral junte-se para (pretendido) Mutuca, 20 de setembro de 1859 Nogueira Penido

O que requer o suplicante é verdade, e não duvidamos o que se pague pelos bens inventariados. Antônio Fernandes Gomes, Antônio Moreira da Silva, João Alves de Amorim, Manoel José de Araújo, Miguel da Silva Moreira, João Alves de Brito Junior. *A rogo de Dona Custodia da Silva e de Dona Lucinda da Silva, João Alves de Brito Junior, O Tutor dos Órfãos, José Nogueira Penido*

Visto o respondido pelos interessados Fiat Justitia.¹⁰

O inventário durou 5 anos. Nesse período tão longo um dos 8 escravizados que D. Antônia possuía, adoeceu ao ponto de não conseguir mais trabalhar, além da sua idade avançada, sua convalescença, provavelmente acometido de hepatite. Uma de suas escravizadas teve um filho, uma criança que nasceu após a morte de sua senhora, sendo motivo de demanda judicial entre os herdeiros. Além disso, alguns animais morreram como uma vaca e um bode, as terras ficaram abandonadas até a partilha oficial na qual cada herdeiro recebeu sua meação.

4 TEMPOS DE CASAMENTOS TEMPOS DE FILHOS.

As uniões matrimoniais eram verdadeiros negócios e destes dependiam a carreira e o futuro dos nubentes, assim como os casamentos dos imperadores eram grandes eventos nacionais e de estado e até 1846 ocorreram três grandes cerimônias imperiais o casamento de D. Pedro I e Leopoldina (1817) D. Pedro I e D. Amelia (1829), D. Pedro II e D. Teresa Cristina (1843) além dos três casamentos secundários D. Maria Teresa e o infante Pedro Carlos da Espanha e Portugal (1810), D. Francisca e Francisco de Orleans (1843), D. Januária e o Conde D'Aquila (1844), os casamentos das pessoas comuns também eram grandes eventos sociais locais, no livro de registro de acento de casamentos da Paróquia de Piedade do Paraopeba encontra o seguinte registro: "Aos 28 de Abril de 1846 casei a Custodio da Silva Moreira e D. Feliciano Maria Pinto foram testemunhas o Reverendo Francisco de Paula Teixeira e Feliciano Pinto Brandão"

⁹ Trecho do Inventário de Dona Antônia de Sousa Moreira. Arquivo público da cidade de Bonfim-MG, 1859.

¹⁰ Trecho do Inventário de Dona Antônia de Sousa Moreira. Arquivo público da cidade de Bonfim-MG, 1859.

Mary Del Priore em seu livro “História da gente brasileira”, vol. 2, afirma que: “Matrimônios eram, sobretudo, atos sociais de grande importância.” Esse casamento simbolizava a união entre o jovem Custodio de 29 anos e a penúltima filha mulher de um expoente comerciante da região, a época do consorcio a jovem tinha apenas 20 anos.

Dona Feliciano Maria Pinto (1826-1898) era filha de Feliciano Pinto Brandão (1791-1860) e Thereza Luísa de Faria (1798-1850), neta pela parte paterna do comerciante e Alferes Manoel Pinto Brandão (1743- 1818) e sua esposa D. Mariana Joaquina, pela parte materna era neta do rico comerciante, político e Alferes Felix de Faria Lobato (1755-1836), residente em São João Del Rey (Tiradentes). Ele era um dos homens mais ricos de São João, possuía negócios em toda a província de Minas. Felix era casado com D. Joana Thereza Alvares Magalhães (1761-1840).

A família de Feliciano era uma expoente família mineira envolvida constantemente nas teias políticas da província e do império. Seu pai Feliciano era um rico comerciante residente no distrito de Jesus Maria Jose do Aranha, teve um total de 9 filhos. Sua tia materna era a baronesa Itaverava Policena Rosa de Faria. Seu tio avô João Evangelista de Faria Lobato foi senador do império, seu primo Francisco de Paula Negreiros Saião também foi senador, outro primo João Evangelista foi ministro do Supremo Tribunal de Justiça, além disso entre seus familiares ainda estava o Visconde de Niterói.

O casamento de Custodio e Feliciano durou 35 anos, gerando uma prole numerosa de 7 filhos sendo 5 homens e 2 mulheres e um total de mais de 50 netos. Grande parte destes nascidos enquanto os avós ainda eram vivos, 2 anos depois do casamento no ano de 1848 nasce o primeiro filho do casal Antônio Custodio da Silva Moreira (1848-1907) Casado com Constança Luiza Pinto (1856-1939) em seguida vieram Custodia da Silva Moreira (1857-?) Casada com Belmiro Ramos de Queiroz (1850-1927), Joaquim Custodio da Silva Moreira (1859-1904) casado com Belmira Gomes de Rezende (1864-1952), Augusto da Silva Moreira (1862-1922), casado com Augusta Cândida Jardim (1865-1918), Fausto Custodio da Silva Moreira (1864-?) casado com Maria Jacintha da Silva, Feliciano Custodio da Silva Moreira (1866-1898) Casado com D. Jovelina Maria da Conceição (1874-1898) e Belmira da Silva Moreira (1868-1910) casada com Augusto de Araujo Matos(?-1893).¹¹

Dos sete filhos apenas um era pré-morto na ocasião da morte da mãe o filho Feliciano da Silva Moreira que deixou como herdeiras suas três filhas a época com idade entre 8 e 4 anos, Felicia-

¹¹ Livro de acento de casamento da paróquia de Piedade do Paraopeba (1836) sobre guarda da cúria metropolitana de Belo Horizonte.

no faleceu muito jovem com apenas 32 anos na casa de sua mãe em 8 de abril de 1898 sua esposa havia falecido 6 dias antes e sua mãe viria a falecer apenas 6 meses depois.

Quando da morte de D. Feliciano no dia 01 de outubro de 1898 seus bens somavam um montante de mais de 5 contos de reis, foram legados bens imóveis e moveis alguns semoventes, bens de raiz, uma parte de casa situada no arraial do Brumado do Paraopeba, cento e cinquenta alqueires de terra (usando a medida do alqueire mineiro seria algo entorno de 7.260.000 metros quadrados), e pequenos objetos domésticos, o patrimônio de D Feliciano foi orçado em 9:845\$972 (9 contos 845.942 reis) corrigindo para os dias atuais seria algo entorno de R\$ 960.545,00 .

O patrimônio aferido da viúva do capitão demonstra o poder econômico desta senhora que mesmo após oito anos da morte do seu marido ainda possuía um patrimônio significativo, e possível estimar que dentro do arraial do Brumado a família do Capitão era uma das mais ricas quando de seu falecimento em 17 de novembro de 1880 ele deixou a quantia de 26:395\$97 (26 contos 395\$ 97 reais) em dinheiro de hoje mais de R\$ 2.424.760,00.

Pouco registros existem sobre a vida de D. Feliciano, mas nos poucos que existem e possível observar que era uma senhora alfabetizada, sabia assinar o nome completo, o que para o período é uma rara exceção, em 1890 oito anos antes de sua morte os números oficiais da recém-criada república brasileira registravam a taxa de analfabetismo entorno de 85,2 %, pesquisas indicam que 4 anos antes do nascimento de Feliciano a taxa de analfabetismo no Brasil girava entorno de 99%.

Ela viveu longos 72 anos cabe ressaltar que a expectativa de vida do brasileiro girava entorno de 33,4 anos, Feliciano em muito ultrapassou essa expectativa, acompanhou a renúncia do Imperador Pedro I (1831), o período regencial (1831-1840), a maioridade de Pedro II (1840), Guerra do Paraguai (1864-1870), leis abolicionistas proibição do tráfico negreiro lei Eusébio de Queirós (1850) Ventre livre (1871), Sexagenários (1885) e pôr fim a abolição (1888), neste mesmo período aconteceram grandes epidemias como a de Febre Amarela (1850), Varíola e a Cólera viu ainda a queda do império e exílio da família imperial culminando na instauração da república (1889) período este que mudou drasticamente a cara do Brasil e afetou diretamente a vida desta senhora.

5 O TÍTULO DE CAPITÃO.

Através dos documentos existentes no banco de dados da biblioteca nacional e do arquivo público de Bonfim, é possível estimar que por volta do ano de 1849 Custódio da Silva Moreira

passou a ser um capitão nesta época ele tinha entorno de 32 anos de idade já estava casado e residindo no arraial do Brumado do Paraopeba.

A Guarda Nacional foi criada no ano de 1831

“LEI DE 18 DE AGOSTO DE 1831 — Art. 1º As Guardas Nacionais são criadas para defender a Constituição, a liberdade, Independência e Integridade do Império, para manter a obediência e a tranquilidade pública e auxiliar o Exército de Linha na defesa das fronteiras e costas”

Todos os municípios do Império do Brasil tinham uma base da guarda, criando um grupo político forte nos municípios, a Guarda Nacional era subordinada aos juízes de Paz, Juízes Criminais ao Presidente da Província e ao Ministro de Justiça, somente essas autoridades poderiam requisitar seus trabalhos, a Guarda Nacional era extremamente elitista. Os membros da Guarda Nacional eram recrutados entre os cidadãos eleitores e seus filhos, com renda anual superior a 200 mil réis nas grandes cidades e 100 mil réis nas demais regiões. Os guardas nacionais deveriam ser repartidos pelas câmaras municipais em unidades dentro dos distritos de cada município. Os agraciados com a concessão passavam a utilizar a patente militar como título foi o caso do Capitão Custodio da Silva Moreira, que a partir do ano de 1849 passa a assinar quase sempre com o seu título até o ano de sua morte 1881.

6 VEREADOR DA PRIMEIRA LEGISLATURA DA CÂMARA DE BONFIM

No ano de 1860, Custodio da Silva Moreira foi eleito vereador para composição do que seria hoje a câmara de Bonfim, na ocasião as eleições distritais eram marcadas por grandes fraudes e manipulações sendo o voto apenas masculino, para cidadãos com renda anual estipulada por lei e alfabetizado, uma pequena minoria se auto representava e governava a todos, pois o Brasil de 1860 possuía grande parte de sua população mergulhada no analfabetismo apesar dos grandes esforços do governo imperial em incentivar políticas de alfabetização por todas as províncias do vasto império Brasileiro.

Na edição do jornal O Bem Público, de 3 de outubro de 1869, é possível encontrar na página 4 o resultado das eleições municipais de Bonfim o Capitão aparece como o terceiro mais votado da Freguesia da Vila do Bonfim, tendo 238 votos de um total de 2615 eleitores tendo obtido algo entorno de 9,1 % dos votos validos.

Os jornais da época como por exemplo o Diário de Minas em sua edição de 16 de fevereiro de 1867, traz a informação de que Custódio seria membro do Partido Liberal a ideologia do partido liberal propunha a defesa dos interesses dos senhores rurais e das camadas médias das cidades não tendo compromissos diretos com a escravidão. Tendo a sua principal base de apoio nas províncias do centro-sul do país, tinha como grande antagonista o Partido Conservador, que defendia a continuação da dominação política das elites escravocratas rurais.

7 JUIZ DE PAZ, SUBDELEGADO E DELEGADO DE INSTRUÇÕES.

O capitão exerceu outros ofícios tendo sido juiz de paz no arraial do Brumado conforme consta no almanaque Laemmert, No Brasil Império, o juiz de paz realizava várias funções, principalmente em áreas rurais. Realizava a Administração da Justiça Local: resolvia conflitos menores e questões civis na comunidade mediava conflitos de vizinhança, questões de propriedade e pequenas infrações. Casamentos Civis registrar oficialmente esses atos. Registro de Nascimentos e Óbitos. Manutenção da Ordem Pública atuava em conjunto com a Guarda Nacional para garantir a segurança. Execução de Testamentos e pela administração de heranças, garantindo que os desejos dos falecidos fossem respeitados.

Em outras edições como a de 1873 é possível ver o capitão ocupando a função de Subdelegado do distrito do Brumado, mas com base em inventários do arquivo público de Bonfim é possível ver executando a função desde 1861, no Brasil Imperial, um subdelegado era um cargo da administração pública que tinha autoridade sobre as tropas militares. Eles eram responsáveis por reprimir revoltas e manter a ordem pública. O subdelegado também tinha pequenos poderes de magistratura.

Em vários processos de inventário ele ainda aparece como curador ad hoc como nos casos da senhora Messias Rodrigues Silva (1871) e do Padre José Simões (1869), o procurador ad hoc era uma pessoa nomeada temporariamente para exercer função específica, também foi louvado em muitos processos de partilha e inventário o louvado e uma pessoa que sendo nomeada pelo juiz procede a avaliação dos bens inventariados, normalmente esses bens são avaliados in loco, em seguida é realizado um relatório com a descrição e valores dos bens.

Custódio foi procurador dos sogros por várias vezes em questões de propriedades, já que estes possuíam muitas terras no arraial do Brumado, mas residiam a mais de 21 km de distância,

por ser um homem letrado de articulação política considerável, sempre esteve na esfera pública até o último ano de sua vida

8 TERRAS EXTENSAS

Possuir terras era sinal de prestígio, mas também de sobrevivência pois os negócios as produções de uma população rural se baseavam na produtividade das terras, o capitão viveu 63 anos ao longo de sua vida acumulou muitas propriedades à altura de sua morte suas propriedades eram as seguintes listadas, todas estas onde hoje está o município de Brumadinho

- 140 hectares de terras de cultura no pasto da Olaria (hoje COHAB)
- 14 hectares e quarenta ares de terras de cultura que foram de João Modesto, (bairro Águas Claras).
- 240 hectares na fazenda do Rocha (Conceição de Itaguá)
- 150 hectares e quarenta ares de terras de cultura na Peroba de matas e capoeiras (Conceição de Itaguá)
- 48 hectares de terras de cultura ao pé das casas no Córrego do Moinho. (Conceição de Itaguá)
- 450 hectares de terras de culturas nesta fazenda do Brumadinho com matas
- 240 hectares de capoeira.

Provavelmente as terras na fazenda da Boa Vista foram herança do sogro, o comerciante Feliciano Pinto Brandão:

- Uma parte de terras de cultura na fazenda da Boa Vista, (Aranha).
- Uma parte de terras de cultura na fazenda da Boa Vista além do Rio Paraopeba (Barreiras).
- Uma parte de terras de cultura na fazenda da Boa Vista nos Pires (bairro Pires).
- Uma parte do Massame da fazenda da Boa Vista. (Aranha/Melo Franco).

- Uma morada de casa de vivendas no arraial do Brumadinho, com quintal cercado de muro, cobertas, paiol, senzalas, moinho e monjolo (Brumado).
- Uma morada de casas com quintal, rancho de tropa, moinho, quarto que sem assoalho, coberto de telha e uma quarta de planta do lado de fora unindo as mesmas casas.
- Uma roça de milho com quatro alqueires de planta com parte já capinado.
- Uma roça na serra com um meio alqueire de planta de milho já capinado,

9 PATRIMÔNIO DO CAPITÃO.

À época seria um patrimônio de 26:395\$97 (26 contos 395\$ 97 reais). Trazendo para a cotação atual seria algo entorno de mais de R\$ 2.424.760,00. Além dos bens mencionados durante o artigo, ele possuía 22 cabeças de gado, grande parte destes para carrear carro de boi no seu inventário, inclusive existe um carro de boi ferrado, 10 equinos, provavelmente para o transporte da família, uma vez que o meio de transporte majoritário daquele período era o equestre também de grande importância para o trabalho do dia a dia, dadas as vastas propriedades que possuíam. Existiam nas propriedades 45 cabeças de suínos entre os magros e filhotes e mais 9 suínos capados, provavelmente para o uso doméstico e consumo da família, uma vez que a alimentação tinha como base a carne de porco e a banha derivada deste.

O Capitão como cidadão da época possuía nos sete anos que antecederam a abolição da escravidão um total de 15 escravos Antônio Martelo, 50 anos, africano, agricultor, José, 24 anos preto, solteiro, brasileiro, Custodio 69 anos, solteiro, africano, pedreiro, Cassimiro, pardo 23 anos, solteiro, brasileiro, lavrador, João 50 anos, africano, solteiro, preto, lavrador, Custodio, preto, solteiro, brasileiro, 18 anos, Antônio Mutuca preto, sessenta e um anos, solteiro, africano, lavrador, Ignácio, preto, solteiro, cinquenta anos, africano, lavrador, Manoel preto, 19 anos, solteiro, brasileiro, lavrador, Joaquim de cor preta, 16 anos, solteiro, brasileiro, lavrador, Maria Rodrigues parda, 18 anos, solteira, brasileira, fiandeira, Eduvirges preta, 20 anos, solteira, brasileira, fiandeira, Amelia preta, 16 anos, solteira, brasileira, Maria Jambanga parda, 33 anos, solteira, brasileira, fiandeira, Julia preta, 43 anos, solteira, brasileira, cozinheira.

Boa parte da renda da família vinha de seus escravos, que exerciam várias funções, desde a lida do dia a dia até as profissões que exigiam maior conhecimento como a de pedreiro, fiandeira e etc., o valor financeiro destes escravizados representava parte significativa do patrimônio da fa-

mília, a legislação brasileira daquele período chamava os escravizados de elemento serviu e eram tratados como se fossem coisas e não seres.

Ficaram a dever ao casal as seguintes pessoas: Joaquim Rodrigues de Oliveira: 25 mil réis, Joaquim José de Carvalho: 120 mil réis, João Correa Mendes: 19 mil réis, Antônio Henriques Silva Júnior: 46 mil réis, Martiniano Antônio da Rocha: 75 mil 240 réis, Manoel José de Carvalho: 50 mil réis, Gervásio José de Campos: 50 mil réis, Henrique José Dutra: 20 mil réis, Manoel Pinto de Queirós: 20 mil réis, Antônio de Frecho Rosa: 30 mil réis Custodio exercia várias atividades financeiras, essas atividades são comprovadas pela quantidade de devedores que existiam quando da morte do capitão.

10 CONCLUSÃO

Em conclusão, a vida do Capitão Custodio da Silva Moreira mostra uma parte importante da história de Brumadinho e também da política da região. Enquanto líder político, ele se destacou pelo bom desempenho eleitoral ao longo do tempo, ainda deixou um legado que atravessou o tempo. O fato de existir uma rua que carrega seu nome é um testemunho do respeito e admiração que o povo tinha por ele, além de marcar sua importância para a população local.

Custodio foi uma figura marcante e central em uma época de efervescência de grandes mudanças, seu impacto transcendeu ao seu distrito natal formando uma teia de influência no vale do Paraopeba. Este legado estendeu-se a sua família, um de seus filhos Augusto da Silva Moreira se destacou como vereador em Bonfim, por várias legislaturas ao longo do fim do século XIX e início do século XX, essa atuação política familiar demonstra a capacidade de que valores e princípios podem ser transmitidos ao decorrer do tempo.

Não somente na política, mas na vida pública em geral alguns de seus filhos possuíam títulos militares, seu genro era subdelegado, o filho Augusto além de vereador era juiz de paz e comerciante, um de seus netos Luís da Silva Moreira, ocupou o cargo de presidente da câmara de Brumadinho na primeira legislatura, este fato demonstra a influência familiar na formação da política regional.

Portanto ao observarmos e revisarmos a história do Capitão Custodio, nota-se que seu legado é um grande convite para valorizarmos e resgatarmos as figuras históricas que fizeram parte da construção da nossa sociedade.

REFERÊNCIAS

ANTONIL, Cultura e Opulência do Brasil, 1711, livro I, capítulo, IX.

BONFIM, Minas Gerais, Brazil registros. Inventário de Custódio da Silva Moreira. Imagens, FamilySearch, imagem 4 de 132. Image Group Number: 115921940 Disponível em: <https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:3QHJ-57M4-CWD9?view=explore>. Acesso em 16 de jun. de 2025.

BONFIM, Minas Gerais, Brazil registros. Inventário de Feliciano Maria Pinto. Imagens, FamilySearch, imagem 1 de 78. Image Group Number: 116954048 Disponível em: <https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:3QHK-Y7QN-M6WX?view=explore>. Acesso em: 16 de jun. de 2025.

BONFIM, Minas Gerais, Brazil registros. Antônia de Souza Moreira. Imagens, FamilySearch, imagem 1 de 209; Image Group Number: 117778278 Disponível em: <https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:3QHV-37WD-RL6P?view=explore>. Acesso em: 16 de jun. de 2025.

BRASIL. Lei Imperial n.3353, de 13 de maio de 1888/lei Áurea, Rio de Janeiro 1888.

COSTA, Emília Viotti da. Introdução ao estudo da emancipação política do Brasil. In: MOTA, Carlos Guilherme. Brasil em Perspectiva. 4º ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1973.

COSTA, Emília Viotti da. Da Monarquia à República: momentos decisivos. 8ªEd. São Paulo: UNESP, 2006.

DEL PRIORE, Mary. História da gente brasileira volume 1: Colônia Rio de Janeiro: LeYa, 2016. 432p.

DEL PRIORE, Mary, História da gente brasileira volume 2: Império. Rio de Janeiro: LeYa, 2016. 431p

DUARTE, Fernando, Da BBC Brasil em Londres. O polêmico debate sobre reparação pela escravidão no Brasil. BBC News Brasil. Consultado em 22 de agosto de 2022

GOMES, Laurentino. 1808: Como uma rainha louca, um príncipe medroso e uma corte corrupta enganaram Napoleão e mudaram a História de Portugal e do Brasil, São Paulo, Planeta do Brasil, 408p.

GOMES, Laurentino, 1822: Como um homem sábio, uma princesa triste um escocês louco por dinheiro ajudou D. Pedro a criar o Brasil um país que tinha tudo para dar errado. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 2010, 351 p.

IBAÑEZ, Alexandre, GONTIJO, Staël. Marília de Dirceu: A musa da inconfidência e a vida privada em Ouro Preto no século XVIII, Gutenberg, 2014. 240 p.

MALAQUIAS, Carlos de Oliveira, Fogos mineiros na passagem do século XVIII ao XIX da tipografia plurifuncional de domicílios a freguesia de São José do Rio das Morres.

RIBEIRO, Darcy (2003). O Povo Brasileiro [S.l]: Companhia de bolso pp.435

RIBEIRO, Jose Iran. Quando o Serviço nos Chama, Os Milicianos e os Guardas Nacionais Gaúchos (1822-1845), PUCRS, Porto Alegre, 2001.

SCHWARTZ, Lília Moritz. As Barbas do Imperador. D. Pedro II, um monarca nos trópicos. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

VASCONCELLOS, Diogo de (1904) História antiga das Minas Gerais. Biblioteca brasileira guita e José Mindlin. Belo Horizonte: Imprensa oficial.p.165.

VILLALTA, Luiz Carlos. O que se fala e o que se lê: língua, instrução e leitura. In: SOUZA, Laura de Mello e (org.). História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.